

350 Fifth Avenue, 34th Floor
New York, NY 10118-3299
Tel: +1-212-290-4700
Fax: +1-212-736-1300; 917-591-3452

Kenneth Roth, *Executive Director*
Nic Dawes, *Managing Director (Acting)*

DEPUTY EXECUTIVE DIRECTORS

Michele Alexander, *Development and Global Initiatives*
Liesl Gertholtz, *Program (Acting)*
Chuck Lustig, *Operations*
Bruno Stagno Ugarte, *Advocacy*

Emma Daly, *Communications Director*
Dinah Pokempner, *General Counsel*
James Ross, *Legal and Policy Director*

DIVISION AND PROGRAM DIRECTORS

Brad Adams, *Asia*
Nicole Austin-Hillery, *United States*
Mausi Segun, *Africa*
José Miguel Vivanco, *Americas*
Sarah Leah Whitson, *Middle East and North Africa*
Hugh Williamson, *Europe and Central Asia*

Heather Barr, *Women's Rights (Acting)*
Shantha Rau Barriga, *Disability Rights*
Richard Dicker, *International Justice*
Bill Frelick, *Refugees' Rights*
Arvind Ganesan, *Business and Human Rights*
Steve Goose, *Arms*
Amanda Klasing, *Women's Rights (Acting)*
Priyanka Motaparthy, *Emergencies (Acting)*
Zama Neff, *Children's Rights*
Marcos Orellana, *Environment and Human Rights*
Graeme Reid, *Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Rights*

ADVOCACY DIRECTORS

Maria Laura Canineu, *Brazil*
Louis Charbonneau, *United Nations, New York*
Farida Delf, *Canada*
Kanae Doi, *Japan*
John Fisher, *United Nations, Geneva*
Meenakshi Ganguly, *South Asia*
Bénédicte Jeannerod, *France*
Lotte Leicht, *European Union*
Sarah Margon, *Washington, DC*
Wenzel Michalski, *Germany*
Måns Molander, *Sweden and Denmark*
Elaine Pearson, *Australia*

BOARD OF DIRECTORS

Hassan Elmasry, *Co-Chair*
Robert Kissane, *Co-Chair*
Michael Fisch, *Vice-Chair and Treasurer*
Oki Matsumoto, *Vice-Chair*
Amy Rao, *Vice-Chair*
Amy Towers, *Vice-Chair*
Catherine Zennström, *Vice-Chair*
Bruce Rabb, *Secretary*
Akwasi Aidoo
Jorge Castañeda
George Coelho
Natasha Dolby
Kimberly Marteau Emerson
Lawton Fitt
Leslie Gilbert-Lurie
Paul Gray
Caitlin Heising
Karen Herskovitz
Zeid Ra'ad Al Hussein
Susan Kane
David Lakhdhir
Louisa Lee-Reizes
Alicia Miñana
Joan R. Platt
Neil Rimer
Shelley Frost Rubin
Ambassador Robin Sanders
Sidney Sheinberg
Bruce Simpson
Joseph Skrzyński
Donna Slaight
Siri Stolt-Nielsen
Darian W. Swig
Marie Warburg

24 de abril de 2020

Exma. Sra. Mariana Neris
Secretária Nacional de Assistência Social
Ministério da Cidadania
Brasília, DF



HRW.org

Excelentíssima Sra. Mariana Neris,

A Human Rights Watch é uma organização não-governamental independente que monitora e documenta a situação dos direitos humanos em mais de 100 países ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Nos últimos anos, temos documentado a situação das pessoas com deficiência que vivem em instituições no Brasil, incluindo crianças e adolescentes, e em 2018 publicamos um relatório sobre esse assunto “Eles ficam até morrer” Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil”, que pode ser acessado [aqui](#).

Reconhecemos que a pandemia de Covid-19 apresenta sérios desafios aos governos de todo o mundo, incluindo o governo brasileiro. Escrevemos o presente ofício para tratar sobre a Covid-19 e as pessoas com deficiência no Brasil, particularmente aquelas que vivem em instituições de acolhimento para pessoas com deficiência.

Entre 1 e 6 de abril de 2020, a Human Rights Watch conduziu entrevistas com seis gestores de instituições de acolhimento para pessoas com deficiência em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília para entender as políticas e planos que vêm sendo implementados em resposta à Covid-19 nestas entidades.

Estamos cientes de que o governo brasileiro adotou algumas diretrizes (notas técnicas) para a gestão de instituições de longa permanência para idosos sobre como impedir a disseminação da Covid-19 e sobre como lidar com casos de residentes que tenham sido infectados pelo vírus.¹ Alguns dos gestores que entrevistamos também observaram que autoridades de saúde e outras instituições

¹ NOTA TÉCNICA Nº 05/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA - ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DE INFECÇÕES PELO NOVO CORONAVÍRUS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS(ILPI)

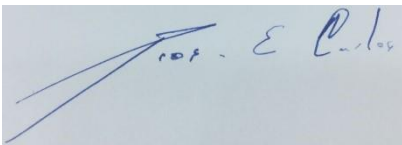
do Rio de Janeiro e de São Paulo visitaram algumas instituições para dar treinamentos sobre recomendações de higiene.

Embora essas sejam medidas importantes, servimo-nos deste ofício para recomendar que sejam adotadas diretrizes para garantir a proteção dos direitos das pessoas com deficiência que vivem em instituições de acolhimento. Pessoas com deficiência podem estar particularmente expostas ao risco de infecção pela Covid-19 e a sérias complicações decorrentes da doença. Informações e recomendações específicas podem ser encontradas no documento anexo a este ofício.

No mais, gostaríamos de receber de Vossa Excelência informações sobre medidas específicas que a Secretaria Nacional de Assistência Social planeja adotar para garantir a proteção dos direitos das pessoas com deficiência em instituições neste momento tão crítico. Sabemos que todos estão bastante ocupados na resposta aos desafios atuais, mas tendo em vista a importância do assunto em referência, agradeceríamos receber as informações solicitadas até o dia 8 de abril.

Com nossos mais elevados votos de estima e consideração,

Cordialmente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Rios Espinosa', on a light blue background.

Carlos Rios Espinosa
Pesquisador e Advogado Senior
Human Rights Watch

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Laura Canineu', on a white background.

Maria Laura Canineu
Diretora Brasil
Human Rights Watch

ANEXO

Encorajamos o governo a desenvolver, sem demoras, orientações detalhadas sobre a Covid-19 voltadas a instituições de acolhimento nas quais residem pessoas com deficiência.

A legislação brasileira reconhece como pessoas com deficiência as que têm impedimentos de natureza física, sensorial (surdez e cegueira), intelectual ou psicossocial, que, associados a barreiras sociais, podem dificultar o gozo de direitos fundamentais. Assim como algumas políticas e diretrizes podem ser relevantes para todas as pessoas com deficiência, outras precisam ser pensadas e considerar exigências específicas com base no tipo de deficiência. Diante disso, pedimos que Vossa Excelência garanta que as diretrizes voltadas às instituições de acolhimento levem esses aspectos em consideração.

Abaixo, identificamos uma série de questões e recomendações importantes para a elaboração dessas diretrizes. Também encorajamos o governo a consultar ativamente organizações que representam pessoas com deficiência no Brasil na formulação dessas diretrizes.

Pessoas que vivem próximas umas das outras em superlotação

A Covid-19 é facilmente transmitida e, como tal, representa um perigo particular para as pessoas que vivem próximas umas das outras em ambientes fechados, particularmente em condições de superlotação. Muitas das instituições onde residem pessoas com deficiência no Brasil, visitadas pela Human Rights Watch, estavam superlotadas, tendo seus residentes um pouco mais do que suas necessidades básicas atendidas. Por exemplo, em uma instituição para 109 crianças e adolescentes, um quarto continha cerca de 28 camas em quatro fileiras colocadas lado a lado e com muito pouco espaço para circular entre as fileiras. Em uma instituição para adultos, 32 pessoas compartilhavam o mesmo cômodo, novamente com camas colocadas diretamente próximas umas das outras, sem sequer uma cortina ou outra separação. Algumas instituições tinham grandes enfermarias com apenas pequenas paredes que separavam grupos de seis a sete pessoas.

Uma das medidas mais importantes para impedir a transmissão da Covid-19, qual seja, manter o distanciamento social, pode não ser possível para muitas pessoas em instituições. O governo do Brasil, em todos os níveis, deve editar diretrizes que incluam orientações para:

- Possibilitar que adultos com deficiência deixem as instituições fechadas, quando for seguro, garantindo apoio e serviços sociais para que possam viver em comunidade, priorizando pessoas com maior risco de saúde, como idosos, pessoas com comprometimento imunológico ou problemas crônicos

de saúde como doenças cardíacas, diabetes, doenças pulmonares e HIV, além de mulheres grávidas e meninas;

- Mobilizar hotéis ou instalações similares para oferecer abrigo seguro e adequado que permita cumprir o distanciamento social;
- Assegurar que ninguém ficará desabrigado ou abandonado em caso de transferência para outra ou de saída da instituição;
- Reunir as crianças com deficiência com suas famílias sempre que possível;
- Quando possível, redirecionar os recursos das instituições para os adultos, para que possam viver na comunidade, e para as famílias, para que possam sustentar seus filhos;
- Interromper novas admissões e identificar alternativas na comunidade.

Controle de infecções

O controle adequado da infecção é essencial para proteger as pessoas que vivem e as que trabalham em instituições de acolhimento. Os governos estaduais e municipais, em parceria com instituições de acolhimento, devem:

- Garantir a disponibilidade de equipamentos de proteção individual para assistentes e cuidadores, a fim de minimizar a exposição ou a disseminação da doença;
- Seguir uma higiene rigorosa e desinfetar completa e regularmente as instituições;
- Garantir acesso à água e sabão suficientes para residentes e funcionários;
- Assegurar que pessoas com deficiência que não conseguem lavar as mãos com frequência ou por conta própria tenham o apoio e auxílio para fazê-lo;
- Garantir protocolos de testagem para pessoas que vivem em instituições, funcionários e visitantes;
- Assegurar a saúde física e mental das pessoas com deficiência que vivem em instituições.

Resposta à infecção

A recomendação existente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para instituições de longa permanência para idosos é de que as instalações tenham um cômodo de isolamento para pessoas que testarem positivo para Covid-19 e um cômodo separado para os suspeitos de ter Covid-19. As orientações para as instituições para pessoas com deficiência devem incluir essas orientações e também solicitar que as instituições:

- Elaborem planos abrangentes para prevenir e responder a um surto de Covid-19 nas instituições;
- Desenvolvam planos para isolar ou separar pessoas particularmente vulneráveis e pessoas infectadas ou que apresentem sintomas consistentes

com a Covid-19, bem como todas as pessoas que tiveram contato prévio com elas, com base nas melhores evidências disponíveis sobre a eficácia das medidas;

- Considerem e se preparem para o impacto que um maior isolamento pode ter sobre residentes com condições de saúde mental;
- Considerem o necessário equilíbrio entre a proteção de residentes e funcionários e as necessidades de manutenção de laços familiares e sociais ao definirem as políticas sobre visitas, lembrando que a presença de visitantes também permite uma importante supervisão dos serviços e situação das instituições de acolhimento;
- Desenvolvam uma política equilibrada que restrinja presença de visitantes doentes; que exija supervisão rigorosa da lavagem das mãos e do uso de máscaras por visitantes, bem como respeito ao distanciamento social; e que garanta um cômodo dedicado para visitas;
- Desenvolvam um plano alternativo para atividades internas para substituir atividades externas;
- Assegurem que as pessoas com deficiência sejam consultadas em relação aos tratamentos e medicamentos, e que o tratamento médico seja provido com consentimento informado.

Apoio às pessoas com necessidades de apoio intensivo

Pessoas com necessidade de apoio intensivo dependem de assistência para auxiliá-las na realização de tarefas básicas, como vestir-se, comer, tomar banho e outras atividades. Deve-se:

- Garantir um número de funcionários suficiente para fornecer apoio individualizado àqueles que precisam;
- Prever a possibilidade de que funcionários fiquem doente ou impossibilitados de trabalhar, e identificar outras equipes que poderiam substituí-los e fornecer apoio adequado.

Acesso a informação

Todos, incluindo pessoas com deficiência, que vivem independentemente ou em instituições fechadas, têm direito a informações sobre a Covid-19 e como se proteger. Para algumas pessoas, saber sobre os riscos da Covid-19 pode levar à ansiedade e ao medo. As instituições devem:

- Fornecer informações precisas e atualizadas sobre o vírus, os meios de proteção contra o vírus, as restrições de visitas e outros problemas relevantes;

- Comunicar informações aos residentes de uma maneira facilmente compreensível por todos. Os gestores responsáveis devem incentivar os residentes a fazer perguntas e a compartilhar suas preocupações;
- Fornecer informações em formatos acessíveis, como em braile, língua de sinais e formatos fáceis de ler;
- Disponibilizar notícias, relatórios e outros materiais sobre a situação da pandemia no Brasil e no resto do mundo para aqueles que desejam essas informações;
- Ajudar assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais a identificar maneiras de oferecer apoio às pessoas com deficiência para lidar com o estresse e a ansiedade relacionados à Covid-19 e facilitar esse apoio.

Recursos adequados

Os gestores de instituições entrevistados pela Human Rights Watch expressaram séria preocupação com a diminuição de recursos disponíveis para comprar itens essenciais. A maioria das instituições depende de financiamento por meio de parcerias com autoridades estaduais e municipais, além de doações regulares de indivíduos. Essas doações diminuíram, dificultando a compra de sabão, detergente, fraldas, máscaras e outros itens básicos, incluindo itens essenciais para uma boa higiene e controle de infecções. Deve-se:

- Assegurar prontamente recursos adicionais para instituições de acolhimento, a fim de garantir que seus residentes tenham acesso a sabão, comida, água, assistência médica, serviços de saúde mental e assistência e cuidados, e que a equipe tenha acesso a equipamentos de proteção individual.

Monitoramento

Em uma entrevista realizada em 6 de abril, um membro do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro disse à Human Rights Watch que a Secretaria Estadual de Saúde não está permitindo visitas às instituições de acolhimento para prevenir a disseminação do vírus, incluindo visitas de monitoramento.. As orientações limitam a entrada em instituições de acolhimento apenas para acompanhamento de denúncias anteriores ou para investigar novas denúncias. O monitoramento das preocupações com direitos humanos permanece essencial durante a pandemia, com medidas de saúde pública apropriadas. As orientações para instituições quanto à Covid-19 devem:

- Garantir a realização de visitas periódicas de monitoramento às instituições de acolhimento, para que os residentes se comuniquem confidencialmente com os promotores e para que os promotores investiguem reivindicações e formulem recomendações. Essas visitas podem ocorrer com medidas

- adequadas de controle de infecção, incluindo lavagem das mãos, uso de máscaras, distanciamento social e uma sala separada para reuniões;
- Desenvolver mecanismos alternativos de monitoramento que não exijam presença física em abrigos, por exemplo, por meio de telefonemas ou vídeo-conferências usando meios relevantes e disponíveis de tecnologia.

Educação

Muitos países fecharam escolas desde o surto de Covid-19. A UNESCO recomendou que os países "adotem uma variedade de soluções de alta tecnologia, baixa tecnologia e sem tecnologia para garantir a continuidade do aprendizado". A Human Rights Watch documentou que crianças com deficiência que vivem em instituições no Brasil frequentemente encontram barreiras ao acesso a uma educação inclusiva de qualidade. As orientações quanto à Covid-19 relativas à educação devem:

- Garantir que as crianças com deficiência que vivem em instituições tenham acesso à educação em igualdade de condições com as outras durante o fechamento de escolas;
- Garantir que os métodos de ensino também sejam acessíveis às crianças com deficiência, inclusive por meio de estratégias de comunicação e materiais adaptados e acessíveis.

O caminho a seguir

Nós fazemos este apelo à Vossa Excelência para que considere a emergência da Covid-19 e os sérios riscos às pessoas que vivem próximas umas das outras em instituições – e frequentemente com acesso limitado a serviços essenciais – como um momento oportuno para começar a projetar e implementar programas de desinstitucionalização para pessoas com deficiência, a fim de ajudá-las a viver de forma independente e serem incluídas na comunidade, em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil.